



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

INSTRUÇÃO NORMATIVA AGE N° 003, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Estabelece Modelo de Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação - LAI, exercício 2019, no âmbito dos Órgãos e das Entidades do Poder Executivo do Estado do Pará e o prazo para a entrega do mesmo à Auditoria Geral do Estado - AGE.

O AUDITOR GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Estadual N° 6.176/1998 e alterações posteriores, conforme Art. 5°, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, IX, XII e XV, c/c o disposto no Decreto Estadual N° 2.536/2006, de acordo com os Artigos 4° e 18, Inciso VIII e XV; e CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual N° 1.359, de 31 de agosto de 2015, Regula o acesso a informações previsto nos incisos X e XXXIII do art. 5° e no inciso II do §3° do art. 37 da Constituição Federal e no inciso II do art. 29 e no §5° do art. 286 da Constituição do Estado do Pará e na Lei n° 12.527, de 18/11/2011;

CONSIDERANDO que por força do Art. 61, inciso II e parágrafo único do Decreto Estadual N° 1.359, de 31 de agosto de 2015, os Órgãos e as Entidades do Poder Executivo do Estado do Pará, tem o dever de encaminhar à Auditoria Geral do Estado - AGE relatório anual sobre as ações realizadas pelo Ente para garantir o cumprimento da Lei Acesso à Informação - LAI.

RESOLVE:

Art. 1°. Aprovar o Modelo de Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação - LAI, exercício 2019, a ser encaminhado à Auditoria Geral do Estado - AGE, por meio do processo administrativo eletrônico (PAE)[1].

Parágrafo Único. A forma de apresentação do referido Relatório, constante do modelo em Anexo I, possui natureza e característica não cogente, podendo apresentar flexibilizações e adequações em conformidade a realidade organizacional do Órgão, da Entidade e do Fundo.

Art. 2º. A Auditoria Geral do Estado disponibiliza no seu site, na aba: Transparência Pública, o Modelo de Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação - LAI, exercício 2019, com fito de atender aos dispositivos do Decreto Estadual N° 1.359, de 31 de agosto de 2015, pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado do Pará.

Art. 3º. O modelo de relatório aprovado e disponível no Anexo I desta Instrução Normativa não são cogentes, facultando ao Órgão, a Entidade e ao Fundo utilizarem modelos mais adequados e pertinentes a realidade organizacional, desde que preservados todos os itens de avaliação e monitoramento do Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação - LAI, exercício 2019.

Art. 4º. Os Órgãos e Entidades integrantes do Sistema de Controle de Interno do Poder Executivo do Estado do Pará tem o dever de encaminhar à AGE o Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação - LAI, exercício 2019, até o dia 10/06/2020.

Parágrafo Único. O descumprimento do prazo estabelecido no caput do Artigo 4º, ensejará o não recebimento do referido Relatório por esta Auditoria Geral do Estado - AGE, salvo se houver expressa anuência do Auditor Geral do Estado em conceder novo prazo.

Art. 5º. Esta Instrução Normativa e Anexo I - Modelo de Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação - LAI, exercício 2019, entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

Auditor-Geral do Estado do Pará.

Este texto não substitui o publicado no DOE de 10/06/2020.

ANEXO I

Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI.

Exercício 2019.

IDENTIFICAÇÃO:

<<Órgão/Entidade/Fundo >>

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O SIC:

1 - Sobre o funcionamento do SIC em seu órgão/entidade, é correto afirmar:

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- O SIC está previsto na estrutura organizacional (organograma);
- O gestor SIC é servidor público efetivo;
- O gestor SIC é servidor público comissionado;
- Todos os servidores/funcionários do SIC são servidores públicos efetivos;
- A maioria dos servidores/funcionários do SIC é servidor público efetivo;
- A maioria dos servidores/funcionários do SIC é comissionada;
- Nenhuma das opções.

2 - Selecione os itens que refletem a estrutura do órgão/entidade em 2019:

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- O SIC funciona em local de fácil acesso;
- A localização do SIC é acessível a pessoas com deficiência;
- Nenhuma das opções.

3 - O SIC disponibiliza quantos computadores para serem utilizados pelo cidadão para o atendimento presencial?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

4 - Além do e-SIC, o órgão/entidade disponibiliza outros canais de atendimento a pedidos de informação?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Balcão
- Telefone
- E-mail
- Protocolo
- Ouvidoria
- Não são disponibilizados outros canais
- Outros, se houver, relatar.

5 - Quantos servidores em exercício no SIC trabalham exclusivamente nessa atividade?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- 0
- 1
- 2

- 3
- 4 ou mais

6 - Quantos servidores do órgão/entidade participaram de capacitação sobre o direito ao acesso à informação em 2019?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Até 10 servidores
- De 11 a 30 servidores
- De 31 a 50 servidores
- De 51 a 100 servidores
- Mais de 100 servidores

7 - Os servidores do SIC têm necessidade de capacitação sobre algum dos assuntos apontados abaixo?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Informações básicas sobre a Lei nº 12.527 e Decreto Estadual nº 13.059/2015;
- Boas práticas para atendimento a pedidos de informação;
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão e-SIC;
- Obrigações de transparência ativa;
- Gestão documental;
- Classificação de informações;
- Dados abertos;
- Outros, se houver, relatar.

GESTÃO DOCUMENTAL:

8 - Em 2019, houve aprimoramento na gestão documental do órgão/entidade em relação aos itens indicados abaixo?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Definição de fluxos para tramitação de processos;
- Criação de manuais de procedimentos;
- Melhoria de sistemas;
- Estabelecimento de política de gestão de informação;
- Não houve aprimoramento na gestão documental;
- Outros, se houver, relatar.

TRANSPARÊNCIA ATIVA:

9 - Os Órgãos e Entidades implementaram em seus sítios na internet seção específica intitulada “Transparência Pública” para a divulgação de informações de interesse público, coletivo ou geral por eles produzidas, acumuladas ou custodiadas, observado o disposto nos Arts. 7º e 8º da Lei nº 12.527, de 2011?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- estrutura organizacional, competências e atividades desenvolvidas, detalhados por unidade do Órgão ou Entidade, legislação aplicável, incluindo a relacionada à criação, estrutura, competências e área de atuação, normativos e manuais internos, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;
- programas, projetos, ações, obras, serviços e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;
- repasses ou transferências de recursos financeiros concedidos, diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, termos de colaboração ou de fomento, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com disponibilização, quando for o caso, do plano de trabalho, termo original e aditivos, publicações no Diário Oficial do Estado, notas de empenho e ordens bancárias, relatórios, pareceres ou laudos, parciais e finais, de acompanhamento, fiscalização ou vistoria do objeto do instrumento celebrado;
- registro das despesas, com detalhamento da execução orçamentária e financeira;
- licitações realizadas e em andamento, incluindo processos de dispensa, de inexigibilidade e de adesão a registro de preços, contendo, conforme o caso, as publicações no Diário Oficial do Estado, editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados, incluindo termos aditivos e apostilamentos, notas de empenho e ordens bancárias emitidas, termos de recebimento do bem ou serviço;
- bens imóveis do Órgão ou Entidade, com indicação precisa do endereço de cada imóvel e data em que a relação de bens foi atualizada;
- autorizações de uso, alienações, doações, permissões, cessões e concessões de bens públicos;
- resultado final de inspeções, fiscalizações, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, incluindo prestações de contas e relatórios de gestão relativos a exercícios anteriores;
- remuneração e subsídio recebidos por ocupantes de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada;
- respostas a perguntas mais frequentes da Sociedade;
- contato da Autoridade de Gerenciamento do Órgão ou Entidade, telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC;
- outros, se houver, relatar.

10 - O sítio eletrônico do órgão/entidade possui:

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Ferramenta de pesquisa de conteúdo;
- Possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto;
- Possibilidade de acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- Divulgação detalhada dos formatos utilizados para estruturação da informação;
- Garantia de autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;

- Mecanismo de atualização das informações;
- Indicação de local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade;
- Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência.

11 - O órgão/entidade fiscaliza se as entidades sem fins lucrativos, para as quais repassa recursos públicos, divulgam as informações listadas no § 10 do Art. 9º do Decreto Estadual nº 13.059/2015:

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Sim, além das informações previstas no item 9 – Transparência Ativa, deste Relatório, o Órgão ou Entidade concedente divulga a cópia do estatuto social atualizado da entidade, em seu sítio na internet;
- Sim, além das informações previstas no item 9 – Transparência Ativa, deste Relatório, o Órgão ou Entidade concedente divulga a relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, em seu sítio na internet;
- Não;
- Não são destinados recursos a entidades sem fins lucrativos.

INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS E DESCLASSIFICADAS:

12 - O órgão/entidade instituiu Comissão Interna de Avaliação de Documentos e Informações – CIADI, obrigação prevista no Art. 38 do Decreto Estadual n. 1.359/2015.

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Sim, em 2019;
- Sim, antes de 2019;
- Não.

13 - Em 2019, o órgão/entidade recebeu pedidos de desclassificação ou de revisão da classificação de informação?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Sim, pedido de revisão de classificação de informação, em 2019;
- Sim, pedido de desclassificação de informação, em 2019;
- Sim, pedido de revisão de classificação de informação, antes de 2019;
- Sim, pedido de desclassificação de informação, antes de 2019;
- Não.

14 - Em 2019, houve modificação no entendimento do órgão/entidade acerca de informações que antes eram consideradas sigilosas e que, a partir da LAI, passaram a ser divulgadas?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

14.1 - Descreva qual foi a modificação de entendimento ocorrida.

Se a resposta foi 'Sim' na questão '14' (14 - Em 2019, houve modificação no entendimento do órgão/entidade acerca de informações que antes eram consideradas sigilosas e que, a partir da LAI, passaram a ser divulgadas?) Por favor, relatar a ocorrência.

15 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na internet o rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

16 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na internet o rol das informações classificadas em cada grau de sigilo?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

17 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na internet relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos?

Por favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

18 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na internet informações estatísticas agregadas dos Requerentes?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

Autoridade Máxima do Órgão Autoridade de Gerenciamento do Órgão
ou Entidade ou Entidade

<< Nome, Id. Funcional.>> << Nome, Id. Funcional.>>

Decreto Estadual nº 2.176, de 12 de setembro de 2018.

Art. 1º Fica instituído o Processo Administrativo Eletrônico (PAE) no âmbito dos órgãos e das autarquias, fundações, fundos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista, dependentes do Tesouro Estadual, do Poder Executivo do Estado do Pará.